

Confluências afropindorâmicas: currículos e didáticas insurgentes na educação

Allan Rodrigues^{1*}  Carolina Miranda de Oliveira²  Luís Paulo Cruz Borges³ 
Rafael Ferreira de Souza Honorato⁴ 

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Programa de Pós Graduação em Educação/Universidade Estácio de Sá - Programa de Pós-Graduação em Educação – Brasil

² Universidad de Zaragoza - Espanha

³ Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Educação - Brasil

⁴Universidade Estadual da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - Brasil

*Autor de correspondência: allanocr@id.uff.br

RESUMO

Este dossiê possibilitou um ajuntamento de confluências afropindorâmicas com estudos e pesquisas sobre as relações étnico-raciais no campo da Educação. Nosso entendimento parte de “[...] uma força que rende, aumenta, que amplia” (Nêgo Bispo, 2023, p. 15) nossos saberes sobre/com o mundo assumindo perspectivas não-eurocêntricas e descolonizadoras. Partimos, também, da ideia afropindorâmica de Nêgo Bispo (2023) compreendendo uma epistemologia que emerge dos/com os povos das circularidades: quilombolas, indígenas e negros. Ampliamos, essa compreensão para os povos de terreiro, os ciganos, os ribeirinhos, ou seja, os que estão à margem. Compreendemos que é necessário refletir sobre as lentes que normatizam para “olhar currículos” e “as didáticas”. Existem muitas formas que emergem de maneira complexa e produtiva com fazeres-saberes que se entrelaçam e nutrem corpos, modos de ver, compreender, ler e se pensar, para além das políticas do silenciamento e da normalização. Trata-se de pensamentos que se lançam onde fervilham os movimentos ordinários, experiências múltiplas, ações inventivas compreendendo que há começo, meio e começo. Por fim, queremos reafirmar, nosso compromisso com as leituras baseadas na centralidade afropindorâmica de fazeres-saberes diaspóricos com abordagens decoloniais.

PALAVRAS-CHAVE:

Confluências.
Currículos.
Didáticas.
Insurgência na
educação.

ABSTRACT

This dossier has enabled a gathering of Afro-Pindaric confluences with studies and research on ethnic-racial relations in the field of education. Our understanding stems from “[...] a force that yields, increases, and expands” (Nêgo Bispo, 2023, p. 15) our knowledge about/with the world, taking on non-Eurocentric and decolonizing perspectives. We also start from the Afro-Pindaric idea of Nêgo Bispo (2023), understanding an epistemology that emerges from/with the peoples of circularities: quilombolas, indigenous peoples, and Black people. We extend this understanding to the peoples of the terreiro, the gypsies, the riverine peoples, that is, those who are on the margins. We understand that it is necessary to reflect on the lenses that standardize the “curriculum” and “teaching methods.” There are many forms that emerge in complex and productive ways with practices and knowledge that intertwine and nourish bodies, ways of seeing, understanding, reading, and thinking, beyond the politics of silencing and normalization. These are thoughts that arise where ordinary movements, multiple experiences, and inventive actions thrive, understanding that there is a beginning, a middle, and a beginning. Finally, we want to reaffirm our commitment to readings based on the Afro-Pindoramic centrality of diasporic practices and knowledge with decolonial approaches.

KEYWORDS:

Confluences.
Curricula.
Didactics.
Insurgency
in education.

RESUMEN

Este dossier tiene como objetivo posibilitar un encuentro de confluencias afropindorâmicas con estudios e investigaciones sobre las relaciones étnico-raciales en el campo de la Educación. Deseamos que el dossier sea “[...] una fuerza que rinde, aumenta, que amplía” (Nêgo Bispo, 2023, p. 15) nuestros saberes sobre/com el mundo, asumiendo perspectivas no eurocéntricas y descolonizadoras. Partimos de la idea afropindorâmica de Nêgo Bispo (2023), comprendiendo una epistemología que emerge de/con los pueblos de las circularidades: quilombolas, indígenas y negros. Ampliamos esta comprensión a los pueblos de los terreiros, los gitanos, los ribereños, es decir, a quienes están en los márgenes. Entendemos que es necesario reflexionar sobre las lentes que normativizan para “mirar los currículos” y “las didácticas”. Pues, otras formas de leer los currículos y las didácticas emergen de manera compleja y productiva con saberes que se entrelazan y nutren cuerpos, modos de ver, comprender, leer y pensarse, más allá de las políticas del silenciamento y de la normalización. Se trata de pensamientos que se lanzan allí donde hierven los movimientos ordinarios, experiencias múltiples, acciones inventivas, comprendiendo que hay comienzo, medio y comienzo. Finalmente, queremos reafirmar nuestro compromiso con las lecturas basadas en la centralidad afropindorâmica de hacer-saberes diaspóricos con enfoques decoloniales.

PALABRAS CLAVE:

Confluencias.
Currículos.
Didácticas.
Insurgencia en
la educación.

A confluência como começo, meio e começo

O pensamento de Nêgo Bispo (2023) acerca da confluência constitui o ponto de partida desta reflexão sobre o campo da educação. Para o autor, a confluência não é apenas o encontro de águas, mas a potência criadora que emerge do entrecruzamento de experiências, histórias e saberes distintos. A partir dos anos 2000, as pesquisas educacionais passaram a evidenciar a inseparabilidade entre sujeito, contexto e práticas de criação, indicando que aprender e ensinar são processos atravessados por redes de interdependência e insurgência. É justamente nessa chave da confluência, que pode ser entendida como união de forças que se afetam e se transformam mutuamente, que se abre um horizonte político e epistemológico para as pesquisas em educação, sobretudo no campo das metodologias. O percurso metodológico aqui proposto não se pretende linear, mas emaranhado: busca costurar e interligar saberes que, ao se cruzarem, não se anulam, mas se completam, configurando uma rede de conhecimentos situada, insurgente e plural.

A emergência de políticas públicas, como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, possibilitaram construir novos caminhos para tratar as questões raciais. Tais legislações operaram como marcos de deslocamento, pois trouxeram tensão à lógica ocidentalizada e eurocentrada que, historicamente, silenciou pensamentos afropindorâmicos, epistemologias afrocentradas, vozes de mulheres negras, de povos indígenas e de outros sujeitos sistematicamente invisibilizados. A aposta que realizamos neste dossiê é, portanto, uma aposta política e epistêmica: busca interligar perspectivas do Brasil e de outros contextos, em um movimento de conversação que reconhece a potência das experiências locais e diaspóricas como fontes de conhecimento.

Se por muito tempo a escola e os sujeitos que a habitam foram calados em nome de um suposto rigor científico universal e homogeneizante, hoje é possível afirmar que a escola é produtora de saberes, de vozes e de práticas próprias. Os sujeitos criam, recriam e insurgem contra imposições hegemônicas, sobretudo diante das investidas das políticas neoliberais ou, como nos alerta Achille Mbembe (2018), das necropolíticas que produzem vidas matáveis e corpos descartáveis.

Nos últimos vinte anos, temos reiterado a urgência de referenciar as pesquisas em educação a partir das epistemologias negras e indígenas,

reivindicando currículos e didáticas negras que se coloquem como alternativas vivas e insurgentes (CANDAU, 2020) frente ao pensamento domesticado pelas lentes da branquitude. Trata-se de um gesto de descolonização que não apenas revisita a história e a memória, mas que projeta novas possibilidades de vida, pesquisa e formação no campo da educação.

É preciso transgredir e levantar nossas vozes:

*Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vã, no triz, é força que me embala
O meu país
É meu lugar de fala
(Elza Soares, 2018 – Música: O que se cala)*

"Esse ato de fala, de 'erguer a voz', não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeitos/as - a voz liberta" (bell hooks, 2019, p. 39).

Partindo de bell hooks (2019) e Elza Soares, somos atravessados pela força de suas palavras: uma pela literatura crítica e insurgente, outra pela canção que ecoa como denúncia e esperança. Ambas nos lembram que os espaços do cotidiano, sejam eles escolares, ou não, são sempre arenas de luta, de reivindicação e de afirmação da existência. É nesse horizonte que situamos nossas apostas no campo do currículo e da didática: compreendê-los não como estruturas neutras, mas como lugares de enfrentamento, de criação e de reexistência.

Essa compreensão tem sido o sul de nossas preocupações, orientando nossa escuta e nossas práticas, seja com as crianças e jovens nas escolas, seja com professoras e professores em processos de formação. Quando deslocada para o campo da educação, essa compreensão nos convoca a pensar no currículo e na didática como espaços-tempos em que vozes historicamente silenciadas podem se inscrever, transgredir e propor outras gramáticas de existência.

Assim, currículo e didática insurgentes não se reduzem a técnicas de transmissão de conteúdos, mas se afirmam como lugares de fala e de criação coletiva. O ato de falar, escrever, cantar e ensinar torna-se ato político de reexistência, em que os sujeitos educacionais — estudantes, professoras/es, comunidades — não apenas repetem narrativas impostas, mas produzem

conhecimento situado, encarnado e libertador. É nesse gesto de voz que se funda uma outra pedagogia, marcada pela escuta e pela valorização das experiências negras, indígenas e populares como potências formativas.

O poder, hoje, é uma abstração concentrada em marcas aglutinadas em corporações e representada por alguns humanoides. Não tenho dúvida de que esses humanoides, focados no poder da grana, também vão sofrer uma saturação. Estamos experimentando uma gradual mudança na condição de vida no planeta e seremos todos postos no mesmo patamar. Um cara que tem trezentos trilhões e eu e você vamos ficar todos na mesma. Essa gente que detém a riqueza é capaz de, descaradamente, ter centros onde não enfrentarão problemas com doença alguma, pois ficarão blindados, cada um com seu respirador reservado. O que eles não sabem é que a fonte de energia para o bunker secreto deles também pode ser desligada (KRENAK, 2020, p. 15-16).

O texto de Krenak (2020) denuncia a abstração do poder concentrado em marcas e corporações, encarnado por “humanoides” que acreditam estar blindados contra os colapsos ambientais e sociais, mas que inevitavelmente também serão atingidos. Assim, apostamos que os mesmos humanoides criam por meio do controle e da universalização modos de aprender e ensinar que estão de acordo com os conjuntos de valores, saberes e poderes que pertencem ao seu grupo - humanoides. Assim como o capital concentra riqueza e define quem pode ou não viver com dignidade, o currículo “hegemônico/ocidentalizado” também concentra saberes e define quais conhecimentos merecem ser ensinados, relegando outros à invisibilidade. Os estudos dos cotidianos (OLIVEIRA; SGARBI, 2008) mostram que o currículo não é neutro, mas campo de disputas em que certos saberes são privilegiados e outros — indígenas, negros, populares — são silenciados.

Krenak nos lembra que até a fonte de energia dos mais ricos pode ser desligada num sopro do tempo. No campo curricular, essa imagem reverbera como uma convocação insubmissa: romper com a ilusão das verdades universais e eternas. O currículo e a didática não podem mais fingir neutralidade ou estabilidade. Precisam, ao contrário, encarnar a precariedade e a imprevisibilidade dos cotidianos e reconhecendo que o conhecimento não se ergue em pirâmides fixas, mas se fia em redes múltiplas e sempre inacabadas. Assim, insurgem como tecelagens rebeldes, vivas, que recusam o silêncio e insistem em produzir mundos outros.

É preciso afirmar que nossas preocupações de pesquisa têm se orientado em torno da construção de práticas antirracistas, tanto no espaço escolar quanto nos processos de formação docente. Essas preocupações inevitavelmente atravessam as escolhas curriculares e didáticas que realizamos junto às crianças e aos estudantes das licenciaturas, pois nelas se decide quais vozes se tornam audíveis e quais continuam silenciadas. Este dossiê nasce justamente como fruto dessa conversa imbricada entre escolas e universidades, como tentativa de amplificar as vozes que Elza Soares convoca em sua canção e que bell hooks (2019) nos ensina a reconhecer como libertadoras.

Nossas pesquisas (BORGES, 2024; VENÂNCIO; RODRIGUES; RIBEIRO, 2024), assim, se movimentam em direção à transgressão dos processos hegemônicos e à construção de alternativas contra-hegemônicas, no sentido proposto por Nêgo Bispo (2023): enfraquecer a autoridade da palavra única, minar o peso da voz universalizada e neutra do pensamento ocidentalizado. Afinal, pensar uma voz neutra é, em si, um paradoxo, já que toda enunciação carrega história, corpo e localização. No entanto, o que temos vivido no Brasil, sobretudo desde 2016, é a imposição de uma suposta neutralidade que se apresenta como harmonia ou consenso universal. Contra esse discurso da homogeneidade, nossas reflexões apontam para o fato de que muitas vozes seguem silenciadas, esquecidas pela história, e que cabe ao currículo e à didática insurgentes criar condições para que elas se inscrevam e se tornem presença viva.

Nesse entrecruzamento de saberes e práticas, optamos por não separar de forma rígida os campos da didática e do currículo. Seguimos, ao contrário, a proposição de Nêgo Bispo (2023) sobre a confluência: é na confluência que os rios se reconhecem e se fortalecem. Assim também compreendemos que currículo e didática se alimentam mutuamente, se entrelaçam nos gestos de ensinar, aprender, sentir, cuidar e narrar.

Escolhemos começar pelo currículo, não como escolha aleatória, mas porque nele reconhecemos um campo fundante de disputas e possibilidades. Evitamos aqui nomeá-lo como “estrutura”, pois essa linguagem tende a fixar o que é fluido, a endurecer os múltiplos *espaçostempos* que se vive o currículo. Preferimos pensar o currículo como campo de forças, como arena de enunciação, como corpo em travessia.

Ao priorizarmos o currículo, o fazemos na direção de um movimento de recusa à sua tradição eurocentrada-ocidentalizada. Recusa que é também proposição: queremos um currículo que se desvie do eixo colonial, que acolha cosmopercepções negras, indígenas, diaspóricas. Um currículo que se desloque da norma e se abra à encruzilhada (MARTINS, 2021) esse lugar onde os saberes não se excluem, mas se olham, se tocam, se interrogam.

Durante muito tempo, o campo do currículo se constituiu, sobretudo, a partir da pergunta sobre quais conhecimentos devem ser ensinados. Essa indagação — aparentemente simples — tem atravessado gerações de reformas, legislações e disputas, permanecendo como pano de fundo da arena curricular, tanto nas políticas macro quanto nas pedagógicas cotidianas. A definição de quais saberes ganham status de "ensino" é, desde o início, uma operação de poder, ou seja, uma disputa epistemológica, política e cultural.

É no currículo que se costuram as escolhas: o que ensinar, a quem, para quem e sob quais perspectivas. É o currículo que se entrelaça com a didática, não como um campo auxiliar ou derivado, mas como confluência viva (BISPO, 2023). Pensar o que é currículo é, simultaneamente, pensar em que sociedade vivemos e qual projeto de humanidade está sendo sustentado (ou negado) por esse currículo (RODRIGUES, 2023).

Os estudos curriculares têm nos ensinado que o currículo não é apenas uma lista de conteúdos, ou um conjunto de objetivos de aprendizagem. Ele é, como afirmam autores como (HONORATO, 2022), entre outros, um artefato cultural carregado de intencionalidades. Ele molda subjetividades, organiza noções de tempo e espaço, desenha imagens de mundo e estabelece hierarquias entre saberes, corpos e vozes. Se, de um lado, o currículo se apresenta como totalidade da experiência humana, por outro, ele também pode ser nada, quando se recusa a reconhecer as múltiplas vozes, histórias e saberes que compõem nossa sociedade.

E o que é esse nada? Esse nada é o silenciamento das epistemologias negras, indígenas, feministas, trans, periféricas. É o não reconhecimento das marcas da diferença como potência. Porque sabemos, com base nas nossas pesquisas e nas vivências escolares, que o cotidiano educacional não é um campo de aplicação de verdades, mas de disputas simbólicas e afetivas, onde o que se vive são as

diferenças — e não apenas sobre elas. A diferença, neste sentido, não é um conteúdo a ser incluído, mas uma força que transborda qualquer grade curricular.

As políticas curriculares dos últimos quinze anos, em sua maioria, têm tentado domesticar a diferença, anexando-a como suplemento ou criando espaços genéricos sob o rótulo da “diversidade”. O que se vê é uma tentativa de restabelecer a neutralidade — uma ficção perigosa que ignora o fato de que a diferença não cabe em anexo. Ela fere, ela interpela, ela queima. A diferença é o abismo.

Reivindicar outro currículo é, portanto, mais do que propor uma reforma: é tensionar as lógicas de racialidade, de gênero, de classe e de normatividade que sustentam o que hoje chamamos de “ensino”. É, confluindo com nossas mestras Lélia Gonzalez, Nilma Gomes e Beatriz Nascimento, refazer o percurso desde o começo a partir de outras mãos, outras línguas, outras cosmologias. Um currículo que não mais tema o abismo da diferença, mas que nele se reconheça como possibilidade viva de transformação.

Nesse sentido, apostamos no entrelaçamento da didática como o campo que organiza o ensino. Se no currículo o seu pano de fundo é a produção e sistematização do conhecimento, podemos dizer que o campo da Didática é, especial, o modo que podemos ver, sentir e pensar as práticas pedagógicas. Desenvolver o conhecimento pedagogicamente: para quem se ensina, por que se ensina, onde se ensina e o que se ensina.

Na obra *O pacto narcísico da branquitude*, Cida Bento (2022) propõe uma reflexão urgente sobre os mecanismos de exclusão e privilégios que operam de forma naturalizada em espaços como o mercado de trabalho, especialmente quando analisamos as decisões tomadas por pessoas brancas em processos seletivos e institucionais. Essa crítica nos interpela diretamente no campo da didática, pois ensinar, selecionar conteúdos, escolher metodologias e avaliar não são atos neutros: envolvem decisões ético-políticas que, muitas vezes, reproduzem pactos silenciosos de exclusão e branquitude.

É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação aos seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através

de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta (BENTO, 2022, p. 23).

Ao defender que é necessário reconhecer e debater relações de dominação como condição para novos pactos civilizatórios (BENTO, 2022), a autora nos convida a repensar o próprio fazer docente.

A didática, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas como técnica de ensino, mas como campo de disputas: sobre quais saberes ensinamos, de que lugar falamos e para quem estamos ensinando, tudo de forma historicizada, contextualizada e, sobretudo, propositiva. Romper com o pacto narcísico da branquitude exige que a didática se torne espaço de ruptura, uma prática comprometida com a equidade racial, com a valorização de epistemologias negras, indígenas e periféricas. Portanto, incorporar essa crítica no cotidiano das práticas pedagógicas é fundamental para construir uma didática antirracista, que não apenas revele os mecanismos da desigualdade, mas que também atue para superá-los dentro e fora das salas de aula.

Queremos aqui, então, propor uma didática afropindorâmica, ou seja, mobilizar fazeres-saberes que estejam intimamente ligados aos povos das circularidades (BISPO, 2023) e ancestralidades, queremos reafirmar formas de insurgências (re)imaginando possibilidades criativas e inventivas para a escola e a universidade.

Iniciamos uma conversa com o texto, **Memórias de intelectuais negros(as) e formação docente: diálogos entre Brasil e Moçambique**, que apresenta uma pesquisa de pós-doutorado em andamento desenvolvida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié e discute o processo formativo de intelectuais negros(as). A problemática do trabalho busca investigar como a memória de intelectuais negros(as) do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), em diálogo com uma formação docente decolonizada, ambos processos articulados com as histórias de vida de intelectuais africanos(as) de institutos de ensino superior em Moçambique, impactam na produção de um conhecimento acadêmico insurgente e emancipatório. Como possível hipótese da investigação, os autores acreditam que a consolidação desses fatores promoverá o fortalecimento dos grupos de pesquisa

das instituições participantes. Para responder ao questionamento proposto, com o auxílio metodológico da história oral, a pesquisa buscou fomentar a construção de uma educação antirracista, além do incremento da produção intelectual negra comprometida com o desenvolvimento da educação e o fortalecimento do vínculo acadêmico entre Brasil e Moçambique.

Já o segundo texto, **Saberes, ancestralidade e currículo na educação profissional e tecnológica: a extensão e novas rotas possíveis**, analisou um curso de formação inicial e continuada (FIC), destinado a mulheres negras e quilombolas do sertão da Paraíba-PB, com o objetivo de apresentar uma experiência de educação afirmativa, afrocentrada e antirracista. Parte-se da metodologia qualitativa com o enfoque na pesquisa-ação, visando desnudar os impactos desse tipo de curso na vivência das estudantes. Os resultados colocam em perspectiva uma reflexão sobre outras lógicas de possibilidades de construção de cursos, currículos e de produção de saberes que transgridem aqueles já sedimentados na educação tradicional. Tais iniciativas podem servir de exemplo para ações democráticas, inclusivas e voltadas para a promoção da equidade étnico-racial e de gênero no âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica.

O texto **Corpo-Território e Saúde do Trabalhador: educação das relações étnico-raciais no ensino de Fisioterapia e Sociologia** discute a inserção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação em Saúde do Trabalhador (ST), abordando estratégias didático-pedagógicas que desafiam o epistemicídio de saberes no ensino superior. O propósito foi investigar e refletir sobre caminhos e desafios para abordar as relações de corpo-território e território-corpo para além das discussões teóricas do espaço de sala de aula. Através de metodologia não extrativistas, discentes de fisioterapia e ciências sociais de quatro instituições de ensino superior foram estimulados a compreender através das confluências de saber formas de (re)existência dos trabalhadores e as precariedades estruturais vivenciadas. Os resultados indicam que tais estratégias fortalecem o papel social da universidade, formando profissionais comprometidos com justiça social, preparados para promover práticas antirracistas na educação e na saúde.

Pensando os currículos que são produzidos em diferentes espaços e tempos, o texto seguinte, **A componente curricular História da Educação do Negro/a na**

UNILAB: do Concurso Negro e Educação à uma proposição educacional, aborda a trajetória acadêmica e social do autor com a experiência vivenciada no concurso Negro e Educação, levando-se a apresentação dos conteúdos da componente curricular “História da educação do negro/a no Brasil: as pedagogias do Movimento Negro” junto ao curso de Pedagogia e do bacharelado de Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE. Utiliza-se de uma abordagem biográfica e bibliográfica que orienta a docência na Unilab e a dimensão afrocentrada do curso de Pedagogia. Considera-se que esta reflexão possa contribuir para o conhecimento de novas epistemologias e saberes produzidos e sistematizados pelo Movimento Negro, que repensa a educação como contribuição na descolonização do pensamento social brasileiro.

Um coletivo é mais que a soma de seus corpos: é território de encruzilhada, é roda que gira, é palavra que ressoa entre vozes. No campo da educação, um coletivo pode ser o espaço onde o currículo se desloca da rigidez da prescrição para o movimento da criação. Onde a didática se transforma de técnica em gesto político. Onde a escuta se torna forma de aprender, e o afeto, critério de escolha epistemológica. Nesse sentido, o texto **Uma aula ou um coletivo? Educar é erguer existências e carregar corpos**, apresenta reflexões sobre uma experiência educacional na pós-graduação no campo da atenção psicossocial a partir de três questões: Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando conjugamos o verbo aquilombar? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando reforçamos ou desconstruímos a branquitude? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando produzimos e legitimamos saberes decoloniais/contracoloniais? Essas questões surgem do desafio de constituir uma prática educacional decolonial antirracista. As aulas se transformaram numa experiência de coletivo que vem funcionando há um ano e meio, sua composição inclui relações intergeracionais, interraciais, interprofissionais, trabalhadores do “front” da saúde e da educação e ouvintes. Aquelas/es que trazem as marcas e traumas do colonialismo e da colonialidade têm que assentar-se em experiências de despedaçamentos e refazimentos de si. Essa é a mais visceral prática educacional à qual somos condenados. A principal

característica de uma educação antirracista contracolonial/decolonial é aquela que forma e cultiva ouvintes e ouvidos.

Nilma Lino Gomes (2017) enfatiza que a luta do Movimento Negro também é pedagógica já que ao produzir “saberes da indignação”, ele reeduca a sociedade e a universidade. Isso tem relação com a infância negra porque desloca o olhar sobre crianças negras de uma posição de déficit para uma posição de potência e de sujeitos de saber. **O que dizem os artigos científicos sobre relações raciais e educação infantil no Brasil (2015-2022)?** objetiva apresentar quem pesquisa e o que dizem os(as) pesquisadores(as) sobre Relações Raciais na Educação Infantil nos artigos científicos publicados no Brasil no recorte de 2015 a 2022. A pesquisa é de cunho qualitativo com os dados obtidos por meio das compilações de artigos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo neste, obtidos vinte e nove artigos qualificados. Como metodologia de pesquisa, realizou o Estado da Arte com análise de conteúdo. Dentre os resultados da investigação, evidenciou-se que há uma concentração de autoras, mulheres, que publicam e estudam a temática das Relações Raciais na Educação Infantil, além disso, a avaliação dos períodos das produções, variam de acordo com a objetividade e a inserção do campo. Foi ainda identificado, que há uma necessidade de investimento nos processos formativos docente que cuidam e educam nas instituições de Educação Infantil e que é basilar a valorização das questões raciais nesta etapa de ensino. Conclui-se que esta pesquisa impulsiona o debate sobre a temática da diversidade na educação brasileira, assim como os objetos de estudos em artigos científicos, consubstanciam para o aprofundamento de diálogos e debates sobre a temática no âmbito da educação.

Chegamos na cozinha para falar da **Circulação dos afetos no currículo escolar: entre a cozinha e a culinária, histórias e narrativas de mulheres professoras negras** que evidencia reflexões no campo da educação e do currículo, tomando as histórias e narrativas de mulheres professoras negras com ênfase na circulação dos afetos, tendo as epistemologias da encruzilhada como referencial metodológico, ancoradas na cosmopercepção iorubá. O espelhamento narrativo foi o instrumento analítico, e os resultados indicam que a culinária e a cozinha se definem como espaços de resignificação, para fortalecer os laços perdidos entre

pessoas negras, pois é possível acionar, evidenciar afetos e fazê-los circular no currículo escolar. A análise sobre as histórias das professoras negras aponta categorias reconfiguradas como afetos que movimentam escolhas e práticas. Nesse sentido, encontramos no texto: **Temas da literatura indígena voltada ao público infantil** apresenta três temas comuns na literatura indígena voltada para crianças. A pesquisa possui natureza qualitativa e bibliográfica, em que foram analisados seis livros, organizados nos seguintes temas: mitologia indígena; os indígenas e a natureza; e os indígenas e a cidade. Como referencial teórico, foram adotados os estudos de Dorrico et al. (2018), Martha (2016) e Graúna (2013), que versam sobre a literatura indígena e as suas características. Os resultados demonstram que essas obras possuem potencial para o conhecimento das histórias e culturas dos povos indígenas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, colaborando com a diminuição de estereótipos sobre esses povos.

Para pensar em diferentes áreas do conhecimento e a relação com os conhecimentos afropindorâmicos. O espaço acadêmico brasileiro ainda se estrutura a partir de epistemologias coloniais que silenciam e subalterniza saberes, especialmente aqueles vinculados às populações negras, indígenas e tradicionais. A experiência narrada em um curso de Medicina majoritariamente branco revela como o currículo oficial, muitas vezes, reduz as questões étnico-raciais a um tema transversal periférico, atribuído a poucos docentes, e não como eixo estruturante da formação. Essa prática reforça o que Lélia Gonzalez nomeou de racismo por omissão, em que a ausência de referenciais negros e indígenas no espaço formativo reitera o pacto da branquitude e a manutenção de hierarquias coloniais. Assim, o texto intitulado **Práticas insurgentes na educação em saúde em um curso de Medicina: confluências afropindorâmicas** questiona no espaço acadêmico constrói-se epistemologicamente a partir de estruturas coloniais que têm colocado saberes em lugares de silenciamentos e subalternidade do conhecimento. A experiência em um curso de Medicina, majoritariamente, branco e com projetos pedagógicos que tratam das questões étnico-raciais como tema transversal em alguns componentes e de responsabilidade de alguns poucos docentes, colocou essa docente diante de uma questão: como criar estratégias de insurgências epistemológicas e metodológicas que se contraponham ao enquadre colonial da produção de conhecimento? Destarte, trago o relato de uma experiência

docente no componente de Educação em Saúde em um curso de medicina. As atividades realizadas envolveram levantamento de conhecimento prévio, problematização do conceito de Educação em Saúde, narrativas, filme, conversa com rezadeiras, visita a serviços de saúde, círculos de diálogo e teatro do oprimido, com referências nacionais, quilombola, indígena e do feminismo negro. Essas atividades levaram-nos a problematizar o colonialismo e a aproximações com os saberes locais. Como resultados tivemos a amplificação de vozes e memórias sobre educação, saúde, corpo e cuidado que são silenciadas pelos discursos dominantes, trazendo referenciais e discussões que se contrapõem aos enquadres coloniais. É importante a construção de comunidade pedagógicas que impulsionem o sonhar com uma Educação Antirracista e Democrática.

Por fim, podemos questionar o que queremos com o presente dossiê... Dessa forma, encontramos em Ailton Krenak (2019) uma possibilidade de propor insurgências à Educação.

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar, não botar ela no mercado (KRENAK, 2019, p. 32).

Krenak (2019), mais uma vez, nos chama atenção que suspender o céu é uma possibilidade de ampliar nosso horizonte de forma existencial, ou como assumimos em nossas pesquisas, é uma forma de (re)imaginar o futuro. Teremos futuro? Não sabemos, mas acreditamos, certamente, que ele só será possível a partir de nossas confluências afropindorâmicas.

Referências

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BISPO, Antônio (Nêgo). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISAGRAMA, 2023.

BORGES, Luis Paulo Cruz. **Os sentidos das juventudes e masculinidades negras na contemporaneidade: análises interseccionais**. *Revista Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 574–590, 2024.

CANDAU, Vera Maria. **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências**. 1. ed. Rio de Janeiro: APOENA, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiúva Maringolo. Prefácio Mariléa de Almeida São Paulo: Elefante, 2019.

HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. **A política de currículo do Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas**. 2022. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128 p.

MARTINS, Leda. **Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SGARBI, Paulo. **Estudos do cotidiano & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RODRIGUES, Allan de Carvalho. **Os coletivos docentes e as redes curriculares**. 2023. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VENÂNCIO, Ana Paula; RODRIGUES, Allan; RIBEIRO, Tiago. **Conversa em torno de uma educação antirracista: dialogando com a lei 10.639**. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 484–507, 2024.